



Porto do Pecém Geração de Energia Ltda.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Quotistas
Porto do Pecém Geração de Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Porto do Pecém Geração de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa e da sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para



Porto do Pecém Geração de Energia Ltda.

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida



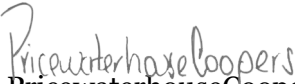
Porto do Pecém Geração de Energia Ltda.

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de junho de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL EM
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	152.025	232.103	152.727	232.103
Concessionárias	5	215.240	169.354	215.240	169.354
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	706	17.549	706	17.549
Outros tributos compensáveis	6	31.506	45.659	31.515	45.659
Dividendos a receber	17	8	-	-	-
Estoques	9	187.646	214.625	187.646	214.625
Outros créditos	11	23.896	23.912	23.896	23.912
Total do Ativo Circulante		611.027	703.202	611.730	703.202
Ativo Não Circulante					
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	4.564	4.564	4.564	4.564
Tributos diferidos	7	126.934	165.674	126.934	165.674
Cauções e depósitos vinculados	10	2.773	2.110	2.773	2.110
Cessão de Crédito-Parte Relacionada	8	415.205	-	415.205	-
Outros créditos	11	2.000	2.495	-	2.495
		551.476	174.843	549.476	174.843
Investimentos	12	7.869	8.022	7.841	8.022
Imobilizado	14	1.451.933	1.411.451	1.451.933	1.411.451
Intangível	15	24.002	12.745	25.357	12.745
		1.483.804	1.432.218	1.485.131	1.432.218
Total do Ativo Não circulante		2.035.280	1.607.061	2.034.607	1.607.061
Total do Ativo		2.646.307	2.310.263	2.646.337	2.310.263
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Fornecedores	16	87.259	51.690	87.259	51.690
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	2.190	859	2.194	859
Outros tributos a recolher	6	10.404	10.599	10.423	10.599
Dividendos	17	280.661	12.515	280.661	12.515
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	732.984	528.840	732.984	528.840
Encargos Setoriais	19	2.484	1.853	2.484	1.853
Ressarcimento por indisponibilidade		662	691	662	691
Provisões	20	4.611	7.673	4.611	7.673
Outras contas a pagar	11	14.257	15.557	14.264	15.557
Total do Passivo Circulante	21	1.135.512	630.277	1.135.542	630.277
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	338.717	658.036	338.717	658.036
Tributos diferidos	7	1.749	31	1.749	31
Provisões	20	19.846	19.580	19.846	19.580
Outras contas a pagar	11	2.396	4.639	2.396	4.639
Total do Passivo Não circulante		362.708	682.286	362.708	682.286
Patrimônio Líquido					
Capital social	22.1	736.389	508.505	736.389	508.505
Reservas de lucros		411.698	489.195	411.698	489.195
Total do Patrimônio líquido		1.148.087	997.700	1.148.087	997.700
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.646.307	2.310.263	2.646.337	2.310.263

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas	23	1.336.483	1.270.099	1.336.483	1.270.099
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	24				
Custo do serviço de energia elétrica		(106.355)	(84.424)	(106.355)	(84.424)
Custo da produção da energia elétrica		(392.931)	(347.283)	(392.931)	(347.283)
Custo de operação		(250.862)	(257.915)	(250.862)	(257.915)
Lucro bruto		586.335	580.477	586.335	580.477
Despesas e Receitas operacionais	24				
Despesas gerais e administrativas		(63.688)	(31.483)	(63.688)	(31.483)
Outras despesas e receitas operacionais		195.359	725	195.359	725
		131.671	(30.758)	131.671	(30.758)
Resultado das participações societárias		(146)	(1.188)	(182)	(1.188)
Resultado antes de resultado financeiro e tributos		717.860	548.531	717.824	548.531
Resultado financeiro	25				
Receitas financeiras		167.201	31.000	167.251	31.000
Despesas financeiras		(387.445)	(196.576)	(387.445)	(196.576)
(Despesas) Financeiras Líquidas		(220.244)	(165.576)	(220.194)	(165.576)
Lucro líquido antes dos tributos		497.616	382.955	497.630	382.955
Tributos sobre o lucro	26				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(17.925)	(18.156)	(17.939)	(18.156)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(38.739)	(72.958)	(38.739)	(72.958)
		(56.664)	(91.114)	(56.678)	(91.114)
Lucro líquido do exercício		440.952	291.841	440.952	291.841

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	440.952	291.841	440.952	291.841
Resultado abrangente do exercício	440.952	291.841	440.952	291.841

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total Controladora	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	508.505		413.078		921.583	921.583
Lucro líquido do exercício				291.841	291.841	291.841
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			14.592	(14.592)		
Reserva de retenção de lucros			237.788	(237.788)		
Reserva de incentivo fiscal (SUDENE)			26.946	(26.946)		
Dividendos Obrigatórios				(12.515)	(12.515)	(12.515)
Dividendo adicional proposto - RCA-01/03/2024			(109.305)		(109.305)	(109.305)
Dividendo adicional proposto - RCA-28/05/2024			(40.000)		(40.000)	(40.000)
Dividendo adicional proposto - RCA-22/11/2024			(53.904)		(53.904)	(53.904)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	508.505	-	489.195	-	997.700	997.700

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total Controladora	Total Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	508.505	-	489.195	-	997.700	997.700
Constituição de reserva de capital - AGE 21/11/2025		227.884			227.884	227.884
Aumento de capital com reserva de capital AGE	227.884	(227.884)				-
Lucro líquido do exercício				440.952	440.952	440.952
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			22.048	(22.048)		
Reserva de retenção de lucros			360.304	(360.304)		
Reserva de incentivo fiscal (SUDENE)			39.637	(39.637)		
Dividendos Obrigatórios				(18.963)	(18.963)	(18.963)
Dividendo adicional aprovado - AGO de 17/02/2025			(7.485)		(7.485)	(7.485)
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/05/2025			(60.000)		(60.000)	(60.000)
Dividendo adicional aprovado - AGO de 01/07/2025			(80.000)		(80.000)	(80.000)
Dividendo adicional aprovado - AGO de 15/07/2025			(90.303)		(90.303)	(90.303)
Dividendo intercalares aprovado - AGO de 19/12/2025			(261.698)		(261.698)	(261.698)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	736.389	-	411.698	-	1.148.087	1.148.087

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	497.616	382.955	497.665	382.955
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Tributos diferidos	1.718		1.718	
Depreciações, amortizações e <i>impairment</i>	(12.270)	156.192	(12.270)	156.192
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		768		768
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos	455		455	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos	107.376	135.309	107.376	135.309
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	1.635	1.169	1.635	1.169
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	(4.804)		(4.804)	
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	1.459	1.614	1.459	1.614
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(663)	(160)	(663)	(160)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		4.496		4.496
Contas a Pagar PNBs-Ajuste a valor presente	31.944	51.110	31.944	51.110
Resultado de participações societárias	146	1.188	146	1.188
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	2.443	3.032	2.443	3.032
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(1.003)	(8.914)	(1.003)	(8.914)
(Perda) Estimada na realização dos estoques		(51.883)		(51.883)
Outros	(2.409)	(1.854)	(2.409)	(1.854)
	<u>623.643</u>	<u>675.022</u>	<u>623.692</u>	<u>675.022</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Concessionárias	(45.914)	2.944	(45.914)	2.944
Outros tributos compensáveis	(67.586)	(66.933)	(67.605)	(66.933)
Estoques	26.979	(1.564)	26.979	(1.564)
Outros ativos operacionais	(413.148)	3.584	(413.148)	3.584
	<u>(499.669)</u>	<u>(61.969)</u>	<u>(499.688)</u>	<u>(61.969)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	35.570	(10.462)	35.570	(10.462)
Outros tributos a recolher	100.604	136.022	100.623	136.022
Encargos Setoriais	(1.813)	(2.690)	(1.813)	(2.690)
Provisões	(5.000)	(3.947)	(5.000)	(3.947)
Outros passivos operacionais	120	2.301	128	2.301
	<u>129.481</u>	<u>121.224</u>	<u>129.508</u>	<u>121.224</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>253.455</u>	<u>734.277</u>	<u>253.512</u>	<u>734.277</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.401)	(23.998)	(15.401)	(23.998)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>238.054</u>	<u>710.279</u>	<u>238.111</u>	<u>710.279</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos		687		687
Adiantamento para futuro aumento de capital	(2.000)			
Aumento de capital social em subsidiárias	(1)			
Adições ao Imobilizado e Intangível	(34.975)	(27.856)	(36.331)	(27.856)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(36.976)</u>	<u>(27.169)</u>	<u>(36.331)</u>	<u>(27.169)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(250.304)	(213.904)	(250.304)	(213.904)
Captação de empréstimos, financiamentos	635.147		635.147	
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(571.296)	(409.685)	(571.296)	(409.685)
Pagamentos de encargos de dívidas	(89.408)	(78.606)	(89.408)	(78.606)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	(5.295)	(5.593)	(5.295)	(5.593)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(281.156)</u>	<u>(707.788)</u>	<u>(281.156)</u>	<u>(707.788)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(80.078)</u>	<u>(24.678)</u>	<u>(79.376)</u>	<u>(24.678)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	152.025	232.103	152.727	232.103
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	232.103	256.781	232.103	256.781
	<u>(80.078)</u>	<u>(24.678)</u>	<u>(79.376)</u>	<u>(24.678)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Porto do Pecém Geração de Energia Ltda. (a "Porto do Pecém" ou "Empresa"), sociedade limitada, com sede na cidade de São Gonçalo do Amarante no Estado do Ceará, tem como principal objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção e exploração da usina térmica denominada Pecém I (UTE Pecém I) e a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades, incluindo a geração e a comercialização de energia e capacidade elétrica, a intermediação na compra e venda de energia e capacidade elétrica, seja no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE ou de outro foro regulamentado por lei.

Em 23 de maio de 2025 foi aprovado na Junta Comercial do Estado do Ceará a constituição da empresa Energia Pecém Gás S.A. A Empresa é uma sociedade de propósito específico, voltada para o desenvolvimento dos projetos de conversão para gás natural e expansão da Usina Termoelétrica UTE Pecém I.

Em 31 de dezembro de 2025 a empresa possui as seguintes participações:

Empresa	Classificação	Consolidação	% Participação			
			31/12/2025		31/12/2024	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Geração						
Energia Pecém Gás S.A.	Controlada	Integral	100	-	-	-
Serviços						
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM)	Controlada em Conjunto	Por equivalência patrimonial	50	-	50	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM)	Controlada em conjunto	Por equivalência patrimonial	50	-	50	-

1.1 Autorização - UTE Pecém I

A empresa, conforme Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 226 de 27 de junho de 2008, possui autorização para a construção e operação de uma usina termelétrica a carvão mineral, instalada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, Estado do Ceará, com capacidade instalada de geração de 720,3 MWm. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

As principais características da usina são:

Usina Termelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Prazo de autorização	
				(MWm)	(MWm)	Início	Término
UTE Pecém I	CE	Produtor Independente	Autorização	720,3	645,3	01/07/2008	20/01/2044

Em 16 de outubro de 2007, a empresa comercializou 615 MWm no leilão A-5 por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, pelo prazo de 15 anos. O preço estabelecido no leilão foi de R\$125,95 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2025, o preço atualizado do contrato é de R\$ 412,30 por MWh.

A primeira unidade geradora da UTE Pecém I, com capacidade instalada de 360 MWm, começou a fornecer energia ao Sistema Interligado Nacional - SIN em 15 de outubro de 2012, em caráter de testes, sendo que, em 1º de dezembro de 2012, foi recebida autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para iniciar a operação comercial. A segunda unidade geradora recebeu em 10 de maio de 2013 autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial com capacidade instalada restrita a 240 MWm, ficando a Empresa responsável por recompor o lastro até a capacidade plena de 360 MWm. Em 29 de junho de 2013 a segunda unidade obteve êxito em disponibilizar ao SIN a sua capacidade operacional plena.

Na exploração da UTE Pecém I a Empresa tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições da autorização do MME, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração avaliou a capacidade da empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Empresa não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração societária da empresa, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Empresa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de abril de 2026.

2.2 Políticas Contábeis Materiais

As práticas contábeis relevantes da empresa estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 27.1.1.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Determinação da Perda estimada na realização dos estoques (Nota 9); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 14 e 15); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Provisões (Nota 20); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1.2.1).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais(R\$), que é a moeda funcional da Empresa e sua controlada, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Empresa revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Empresa é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Porto do Pecém identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.6.1 Teste no valor recuperável dos ativos não financeiros

A Empresa monitora a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade, e, em existindo indicativos, a Empresa procede com a revisão do teste de recuperabilidade dos ativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Empresa efetuou a análise da situação patrimonial e financeira e concluiu que o valor registrado de ativos não financeiros no exercício, é recuperável, tendo constituído uma reversão parcial.

Como principais premissas para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas:

- Porto do Pecém possui contrato por disponibilidade até julho de 2027, com a possibilidade de recontração da planta – dentre todos os cenários estudados, o primeiro considerado no cálculo foi a renovação nas premissas do último Leilão ocorrido em 2021, e o outro cenário foi de não recontração;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da concessão (considerando renovação);
- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso – enterprise value ;
- Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção e consumo;
- Taxa de desconto: foi estimada levando em consideração as melhores práticas do mercado e a experiência da Administração, baseada no modelo matemático denominado "WACC". Este método reflete os retornos requeridos pelos credores financeiros (capital de terceiros) e pelos acionistas (capital próprio), ponderando-se as participações na estrutura de capitais (relação debt-equity).

Com base nas premissas mencionadas acima, as quais estima-se serem as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, a Empresa identificou a necessidade de reversão parcial do valor registrado, tendo sido revertido o valor de R\$ 177.217 em julho de 2025, somado as amortizações do ano, totaliza R\$ 191.943, registrado em contrapartida na rubrica de outras despesas operacionais no resultado do exercício (Nota 24).

A Administração da Empresa continuará a monitorar os resultados dos próximos períodos afim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data da	
			Natureza	vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações trata da falta de conversibilidade de moedas, definindo como determinar a taxa de câmbio e exigindo divulgações adicionais quando uma moeda não for conversível.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Controlada	Este CPC tem por objetivo estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025

2.7.2 Normativos emitidos que ainda não estão em vigor

Norma	Descrição da alteração	Correlação		Data da
		IASB	Natureza	
CPC 48 e CPC 40 - Divulgação de Instrumentos Financeiros	Baseia-se no modelo de negócios da entidade e nas características dos fluxos de caixa contratuais, podendo ser: custo amortizado; Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJOR).	IFRS 9 e 7	Divulgação	01/01/2026
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 emitido em abril de 2024 corresponde ao CPC 51, A norma introduz categorias padronizadas na Demonstração do Resultado: Operacional, Investimento, Financiamento, Impostos sobre o lucro e Atividades Descontinuadas. Cria subtotal obrigatório para o "Lucro Operacional" e o "Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos".	IAS 01	Pronunciamento	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgação	O Objetivo da Norma é permitir que subsidiárias elegíveis reduzam as divulgações em demonstrações financeiras (consolidadas, separadas ou individuais) sem comprometer a utilidade para usuários. Simplifica relatórios financeiros, mantendo a conformidade com as normas IFRS.	Diversas IASs	Pronunciamento	01/01/2027

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Empresa está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

3.1 Reforma Tributária sobre o consumo

As Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026 regulamentaram a Emenda Constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil. A reforma estabelece a substituição gradual da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e, parcialmente, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por novos tributos sobre o consumo.

O novo modelo contempla a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), ambos de competência da União, bem como do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios.

A implementação ocorrerá de forma gradual entre 2026 e 2033. O período de transição terá início em 2026, considerado fase de testes, com a aplicação de alíquotas de referência para CBS e IBS e a adequação dos documentos fiscais eletrônicos ao novo leiaute. A partir de 2027 está prevista a substituição do PIS e da COFINS pela CBS, bem como a redução das alíquotas do IPI para a maior parte dos produtos. Entre 2029 e 2032 ocorrerá a transição com a redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISSQN e a implementação gradual do IBS. A partir de 2033, está prevista a plena vigência do novo modelo de tributação do consumo.

Até a presente data, os órgãos normativos contábeis no Brasil ainda não emitiram orientações específicas sobre os impactos contábeis decorrentes da reforma. Dessa forma, a Empresa encontra-se em processo de avaliação dos potenciais efeitos do novo regime sobre suas demonstrações financeiras, incluindo possíveis impactos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, bem como na recuperabilidade de créditos tributários existentes.

Eventuais impactos decorrentes da reforma serão reconhecidos nas demonstrações financeiras à medida que a regulamentação aplicável seja concluída e que seja possível realizar estimativas confiáveis de seus efeitos. A Empresa continuará monitorando a evolução da regulamentação e avaliará eventuais impactos adicionais à medida que novas orientações sejam emitidas pelas autoridades fiscais e órgãos normativos.

3.2 Constituição Societária

Em 23 de maio de 2025 foi constituída a Companhia Energia Pecém Gás S.A, da qual a Porto do Pecém Geração de Energia Ltda possui 100% de participação societária. A Empresa é uma sociedade de propósito específico, voltada para o desenvolvimento dos projetos de conversão para gás natural e expansão da Usina Termoeletrica UTE Pecém.

3.3 Alienação Societária

Em 21 de julho de 2025, as empresas Mercurio GF I Fundo De Investimento em Participações em Infraestrutura (Mercurio GF I Fundo Investimento), Cactos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Jiricó, Caroá (Bloco XP) e EDP - Energias do Brasil, assinaram o contrato de alienação de 100% do capital social da Empresa com a Diamante Geração de Energia LTDA.

3.4 Transformação do tipo societário

Em 21 de novembro de 2025 a Empresa ingressou na Junta Comercial do Ceará com a solicitação de transformação do tipo societário alterando de sociedade anônima de capital fechado para sociedade limitada, nos termos do artigo 1.052 e seguintes da Lei nº 10.406 do Código Civil, com a consequente alteração a denominação social passou a ser: "PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA." ("Sociedade"). A Sociedade transformada manterá o objeto social, sede e foro, não sofrendo qualquer interrupção ou solução de continuidade em seus negócios, bens, direitos, obrigações e atividades, ficando garantidos todos os direitos e obrigações. Os Atos societários foram aprovados pela Junta Comercial do Ceará em 28 de janeiro de 2026.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Bancos conta movimento		48.493	9.911	48.496
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.1	103.532	234.337	104.231
		103.532	234.337	104.231
Total		152.025	244.248	152.727

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Empresa são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

4.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

As aplicações financeiras em CDB estão remuneradas a taxas que variam entre 100,00% e 100,20% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Concessionárias

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de energia elétrica	22	213.570	169.191
Energia de curto prazo		1.670	163
Total		215.240	169.354

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Empresa.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Empresa avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Empresa não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

Notas explicativas

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

		Controladora							
	Nota	Saldo em 31/12/2024	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compen-sação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.1	22.113	3.210	-	1.003	-	(22.030)	974	5.270
Total		22.113	3.210	-	1.003	-	(22.030)	974	5.270
Circulante		17.549							706
Não Circulante		4.564							4.564
Outros tributos compensáveis									
ICMS		42.443	660				(16.658)	(42)	26.403
PIS e COFINS		70	62.084				(62.068)		86
IRRF sobre aplicações financeiras		2.950	4.797					(2.951)	4.796
IR/CS retidos sobre faturamento		43	47				(1)	(19)	70
Outros		153	(3)						150
Total Circulante		45.659	67.585	-	-	-	(78.727)	(3.012)	31.505
Circulante		45.659							31.505
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		859	15.517			(12.190)	(1)	(1.995)	2.190
Total Circulante		859	15.517	-	-	(12.190)	(1)	(1.995)	2.190
Circulante		859							2.190
Não Circulante		-							-
Outros tributos a recolher									
ICMS		-	16.577				(16.535)	(42)	-
PIS e COFINS		8.594	134.498			(53.504)	(83.029)	960	7.519
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		1.231	128.113			(125.033)	(1.193)	(960)	2.158
Encargos com pessoal		774	10.149			(10.196)			727
Total Circulante		10.599	289.337	-	-	(188.733)	(100.757)	(42)	10.404
Circulante		10.599							10.404

		Consolidado							
	Nota	Saldo em 31/12/2024	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compen-sação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar		22.113	3.210	-	1.003	-	(22.030)	974	5.270
Total		22.113	3.210	-	1.003	-	(22.030)	974	5.270
Circulante		17.549							706
Não Circulante		4.564							4.564
Outros tributos compensáveis									
ICMS		42.443	660				(16.658)	(42)	26.403
PIS e COFINS		70	62.084				(62.068)		86
IRRF sobre aplicações financeiras		2.950	4.797					(2.951)	4.796
IR/CS retidos sobre faturamento		43	47				(1)	(19)	70
Outros		153	(3)						150
Total Circulante		45.659	67.585	-	-	-	(78.727)	(3.012)	31.505
Circulante		45.659							31.505
Não Circulante		-							-
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		859	15.517			(12.190)	(1)	(1.995)	2.190
Total Circulante		859	15.517	-	-	(12.190)	(1)	(1.995)	2.190
Circulante		859							2.190
Não Circulante		-							-
Outros tributos a recolher									
ICMS		-	16.577				(16.535)	(42)	-
PIS e COFINS		8.594	134.498			(53.504)	(83.029)	960	7.519
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		1.231	128.113			(125.033)	(1.193)	(960)	2.158
Encargos com pessoal		774	10.149			(10.196)			727
Total Circulante		10.599	289.337	-	-	(188.733)	(100.757)	(42)	10.404
Circulante		10.599							10.404
Não circulante		-							-

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Empresa apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Empresa liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 Imposto de renda e contribuição social

O saldo de R\$5.270 refere-se, substancialmente, ao impacto da Lei nº 13.670/18, onde está vedada a compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

7 Tributos diferidos

		Ativo		Passivo	
		Não circulante		Não circulante	
Nota		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	PIS e COFINS	1.749			31
7.1	Imposto de renda e contribuição social	126.934	165.674		
	Total	128.683	165.674	-	31

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.1 Imposto de renda e Contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

O saldo apresentados neste quadro estão líquidos.

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
Natureza dos créditos						
Prejuízos fiscais	163.348	181.821			(18.472)	(5.732)
Base negativa da contribuição social	58.805	65.455			(6.650)	3.566
	<u>222.153</u>	<u>247.276</u>	-	-	<u>(25.122)</u>	<u>(2.166)</u>
Diferenças temporárias						
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	446	446				
Benefício pós-emprego						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	171	2.079			(1.208)	1.283
Provisão para redução ao valor recuperável do estoque						(17.639)
Instrumentos financeiros - Cessão de crédito	54.464		22.277		32.187	
Licenças ambientais	3.096	2.609	1.528		(1.040)	1.549
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	1.587	3.112	952	2.449	(894)	219
Depreciação Acelerada (Nota 7.1.2)			140.854	72.702		(72.702)
Desmantelamento	4.892	4.534			358	
Provisões Fornecedores	5.448	4.608			840	
Outras	288			23.839	23.371	16.498
Total diferenças temporárias	<u>70.392</u>	<u>17.389</u>	<u>165.611</u>	<u>98.990</u>	<u>53.614</u>	<u>(70.792)</u>
Total	<u>292.545</u>	<u>264.664</u>	<u>165.611</u>	<u>98.990</u>	<u>28.492</u>	<u>(72.958)</u>
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos						
	<u>(165.611)</u>	<u>(98.990)</u>	<u>(165.611)</u>	<u>(98.990)</u>		
Total	<u>126.934</u>	<u>165.674</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		

7.1.2 Depreciação Acelerada

A Empresa a partir de 2024 realizou revisão das taxas aplicadas de depreciação e decidiu aplicar as taxas de depreciação para máquinas e equipamentos de acordo com o previsto na legislação de impostos de renda, de acordo com o artigo 317 do Decreto Nº 9.580/2018, e em consonância com as disposições da Lei nº 4.506/64, artigo 57, §§ 2º e 3º.

7.1.3 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Empresa elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Empresa estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2026	2027	2028	2029	2030	A partir de 2030 a 2037	Total Não circulante
13.736	21.194	3.150	15.084	20.751	218.630	278.809

8 Partes relacionadas

Os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Empresa com profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Controladora

Resultado

	Relacionamento	Duração	Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)		
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC													
	Energia Pecém Gás	Controlada			2.000								
					2.000								
Outros débitos e Outras contas a receber (C)													
	Diamante Geração de Energia	Controladora			415.205								
			-	-	417.205	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores (Nota 16)													
Prestação de serviços (a)													
	Pecém OM	Controladora em conjunto						(93)			(4.092)	(4.071)	
	Pecém TM	Controladora em conjunto											
			-	-	-	-	-	(93)	-	-	(4.092)	(4.071)	
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 11)													
Prestação de serviços - Backoffice (b)													
	Pecém TM	Controladora em conjunto	93	90		146					1.280	1.214	
	Pecém OM	Controladora em conjunto	139	137							522	503	
			232	227	-	146	-	-	-	-	1.802	1.717	
			232	227	417.205	146	(93)	-	-	-	(2.290)	(2.354)	

As operações com parte relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(a) Prestação de serviços

Estes contratos podem requerer adiantamentos a serem abatidos dos pagamentos quando da realização dos serviços.

Pecém OM

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços técnicos especializados em engenharia de segurança do trabalho e medicina ocupacional, engenharia ambiental, gestão integrada com base em normas de referência (ISO / OHSAS) relacionamento e comunicação com comunidades e operação das instalações de produção de água (bruta, potável, clarificada e desmineralizada), incluindo laboratório químico e tratamento de efluentes (industrial e sanitário).

Pecém TM

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços de transporte de minério de carvão a granel por meio dutoviário, utilizando uma correia transportadora do complexo portuário até a usina, além do serviço de manutenção do sistema de descarregamento e operação do pátio de carvão.

(b) Prestação de serviços - Backoffice

Os contratos, com previsão de vigência de 60 meses contados a partir de 1º de maio de 2015, têm por objeto as seguintes prestações de serviços: Pecém OM e Pecém TM: compras, contratação e importação, financeiro, contábil, tesouraria, serviços legais, de almoxarifado e administrativos em geral

(C) Contrato de Cessão de crédito

Em 2025 foi firmado um contrato de cessão de crédito entre a Porto do Pecém e Diamante Geração de Energia Ltda, no valor total de R\$ 575.396 atualizado por AVP resultando em R\$ 415.205 em 31.12.2025, relativo a cessão de direitos creditórios firmado entre as partes. O prazo para recebível está previsto para 10 de setembro de 2027.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Matéria prima e insumos para produção de energia		
Carvão	114.065	133.449
Diesel	3.392	3.803
Cal		245
Outros	2.249	2.902
	<u>119.706</u>	<u>140.399</u>
Material de almoxarifado	54.350	60.997
Resíduos e sucatas	13.590	13.229
Total	<u>187.646</u>	<u>214.625</u>

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é o custo médio ponderado móvel.

Os estoques da Empresa referem-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina e a matéria prima utilizada para a produção de energia elétrica. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura estão classificados na rubrica de Imobilizado.

10 Cauções e depósitos vinculados

	31/12/2024	Adição	Atualização	Baixa	31/12/2025
Depósitos judiciais	2.110	679	5	(21)	2.773
Total Não circulante	<u>2.110</u>	<u>679</u>	<u>5</u>	<u>(21)</u>	<u>2.773</u>
Circulante	-				-
Não Circulante	<u>2.110</u>				<u>2.773</u>
Total	<u>2.110</u>				<u>2.773</u>

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		2.584	1.970		
Bens destinados à alienação/desativação		3.956	3.956		
Serviços em curso	11.3	5.503	4.827		2.301
Compart./Serviços entre partes relacionadas	8	232	227		146
Adiantamento p/futuro aumento de capital-AFAC	11.6			2.000	
Despesas pagas antecipadamente	11.1	9.187	8.739		48
Contrato de Uso Compartilhado de Ativos - CUCA	11.2	2.434	4.193		
Total		<u>23.896</u>	<u>23.912</u>	<u>2.000</u>	<u>2.495</u>
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		1.181	755	2.311	632
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.4	8.281	9.299		
Compart./Serviços e outros créditos entre partes relacio	8			47	245
Arrendamentos e aluguéis	11.5	4.630	5.422	38	3.730
Outros		165	81		32
Total		<u>14.257</u>	<u>15.557</u>	<u>2.396</u>	<u>4.639</u>

11.1 Despesas pagas antecipadamente

A variação deve-se, principalmente pela renovação do seguro, contratado em Fevereiro de 2025 com vigência de 01/01/2025 até 01/07/2026.

11.2 Contrato de Uso Compartilhado de Ativos - CUCA

O CUCA é um contrato firmado entre a Empresa e a Pecém II, vigente pelo prazo de vida útil da Pecém II, ou seja, previsto até o ano de 2043, com pagamento no valor fixo anual original de R\$1.159, atualizado anualmente pelo IGP-M, além de remuneração variável com base no custo dos insumos utilizados.

11.3 Serviços em curso

Do saldo de R\$ 5.503, refere-se a antecipação de gasto com P&D, os quais serão compensados com as obrigações do programa de P&D.

11.4 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

Notas explicativas

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

11.5 Arrendamentos e Aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) a Empresa efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Pagamentos	Transferências	AVP	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Circulante					
Edifícios	163	(170)	170		163
Máquinas e equipamentos	5.054	(4.925)	4.104	46	4.279
Veículos	205	(200)	184		189
Total Circulante	5.422	(5.295)	4.458	46	4.631
Não circulante					
Edifícios	180		(170)	26	36
Máquinas e equipamentos	3.400		(4.104)	705	1
Veículos	150		(184)	34	-
Total Não circulante	3.730	-	(4.458)	765	37

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Ano	Máquinas e equipamentos		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
Circulante				
2026	4.279	13,81%	189	13,81%
Total Circulante	4.279		189	
Não Circulante				
2027	1	13,81%		13,81%
Total Não circulante	1			

11.6 Créditos com Parte Relacionadas

O saldo de 2.000 refere-se Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC firmado com a controlada Energia Pecém Gás S.A.

12 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da Porto da Pecém os investimentos em controladas em conjunto são avaliadas por equivalência patrimonial.

12.1 Movimentação dos Investimentos

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Equivalência		% Participação Direta	
			patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2025
Investimentos						
Pecém Gás		1	35	(8)	28	100
Pecém TM	4.519		(200)		4.319	50
Pecém OM	3.503		19		3.522	50
Total dos Investimentos	8.022	1	(146)	(8)	7.869	

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12.2 Participação indireta do investimento

	<u>Pecém TM</u>	<u>Pecém OM</u>	<u>Pecém Gás</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Ações / Quotas possuídas pela Empresa (Mil)			
Ordinárias	1.682	3.527	1.000
Preferenciais			
% de participação da Empresa			
Capital social integralizado	50	50	100
Capital votante	50	50	100
Ativos totais	13.605	8.339	2.067
Passivos (Circulantes e Não circulantes)	4.967	1.295	2.031
Patrimônio líquido	8.638	7.044	36
Receitas	21.910	6.698	
Prejuízo do exercício	(400)	38	35

13 Divulgação em outras Entidades

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 45 - Divulgação em Outras Entidades, as demonstrações financeiras condensadas relativas a cada um dos empreendimentos controlados em conjunto relevantes e coligada estão apresentadas a seguir. Os investimentos destes empreendimentos são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial e os valores apresentados nas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as IFRSs.

13.1 Empreendimentos controlados em conjunto

Todas as informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos dos empreendimentos controlados em conjunto na avaliação da Empresa.

Pecém TM

A Pecém TM tem por objeto social o transporte de minérios dutoviário utilizando correia(s) transportadora(s) no Complexo Industrial Porto do Pecém, incluindo operação e manutenção de um sistema de descarregamento de granéis constituído de descarregadores e correias transportadoras, bem como a participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista.

Pecém OM

A Pecém OM tem por objeto social: (a) prestação de serviços de operação e manutenção de unidades de geração elétrica; (b) prestação de serviços de operação e manutenção de sistemas de carga e descarga de granéis incluindo, sem limitação, sistemas de descarregamento de granéis constituídos de descarregadores e correias transportadoras; (c) participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista no Brasil e/ou no exterior; e (d) comércio varejista de partes e peças relacionadas à prestação de serviços relacionados nos itens (a) e (b).

Pecém Gás

Em 21 de maio de 2025 foi constituída a Energia Pecém Gás S.A, a UTE Pecém participa como sócia fundadora com 100% de subscrição do capital social integralizado, no valor de R\$ 1.000,00. A Companhia foi constituída com o propósito específico, voltado para o desenvolvimento de projeto de conversão para gás natural.

13.1.1 Demonstrações financeiras condensadas

Balanco Patrimonial

	<u>Pecém TM</u>	<u>Pecém OM</u>	<u>Pecém Gás</u>		<u>Pecém TM</u>	<u>Pecém OM</u>	<u>Pecém Gás</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.429	4.771	702	Fornecedores	1.971	80	
Clientes	12	81		Dividendos			
Estoques	5.985	1.202		Outras contas a pagar	2.587	993	32
Outros ativos circulantes	1.543	2.005	9		4.558	1073	32
	9.969	8.059	711	Não circulante			
Não circulante				Tributos diferidos	30		
Cauções e depósitos vinculados	1.844			Provisões	197	100	
Outros ativos circulantes	813	54		Outras contas a pagar	182	122	2.000
	2.657	54	-		409	222	2.000
Imobilizado	979	226	1.356	Patrimônio líquido	8.638	7.044	35
Total do Ativo	13.605	8.339	2.067	Total do passivo e patrimônio líquido	13.605	8.339	2.067

Demonstração do Resultado

	<u>Pecém TM</u>	<u>Pecém OM</u>	<u>Pecém Gás</u>
	<u>2025</u>	<u>2025</u>	<u>2025</u>
Receitas	21.910	6.149	
Custo do serviço prestado a terceiros	(15.919)	(6.679)	
Despesas e Receitas operacionais	(6.910)	(46)	
Resultado financeiro	434	614	49
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3)	(14)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	85	2	
Resultado líquido do período	(400)	37	35

14 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n°674 de 11 de agosto de 2015.

Para os imobilizados cujo valor residual ultrapassa o prazo final da autorização, as taxas de depreciação são ajustadas para que todos os imobilizados sejam depreciados até a data de término da autorização.

14.1 Composição do imobilizado

	31/12/2025				31/12/2024					
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Impairment	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Impairment	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado										
Geração										
Terrenos		7.703			7.703		7.703			7.703
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,94	271.815		(95.683)	176.132	2,99	271.815		(87.692)	184.123
Máquinas e equipamentos	4,23	3.852.689	(656.359)	(2.058.660)	1.137.670	4,79	3.835.735	(833.576)	(1.894.527)	1.107.632
Veículos	14,29	2.168		(2.168)	-	14,29	2.168		(2.368)	(200)
Móveis e utensílios	6,25	251		(46)	205	6,25	120		(37)	83
		<u>4.134.626</u>	<u>(656.359)</u>	<u>(2.156.557)</u>	<u>1.321.710</u>		<u>4.117.541</u>	<u>(833.576)</u>	<u>(1.984.624)</u>	<u>1.299.341</u>
Sistema de transmissão de conexão										
Máquinas e equipamentos	3,25	26.697		(11.032)	15.665	3,28	26.697		(10.163)	16.534
		<u>26.697</u>	<u>-</u>	<u>(11.032)</u>	<u>15.665</u>		<u>26.697</u>	<u>-</u>	<u>(10.163)</u>	<u>16.534</u>
Administração										
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,45	9.842		(2.646)	7.196	3,46	9.842		(2.305)	7.537
Máquinas e equipamentos	11,88	10.562		(7.674)	2.888	10,77	10.562		(6.419)	4.143
Veículos	14,29	5.798		(5.798)	-	14,29	82		(82)	-
Móveis e utensílios	6,51	1.187		(574)	613	6,51	1.187		(500)	687
		<u>27.389</u>	<u>-</u>	<u>(16.692)</u>	<u>10.697</u>		<u>21.673</u>	<u>-</u>	<u>(9.306)</u>	<u>12.367</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>4.188.712</u>	<u>(656.359)</u>	<u>(2.184.281)</u>	<u>1.348.072</u>		<u>4.165.911</u>	<u>(833.576)</u>	<u>(2.004.093)</u>	<u>1.328.242</u>
Ativos de direito de uso										
Terrenos										-
Edificações, obras civis e benfeitorias		598		(239)	359		598		(239)	359
Máquinas e equipamentos	24,90	39.749		(37.426)	2.323	26,09	39.749		(33.166)	6.583
Veículos	23,21	945		(827)	118	23,21	945		(683)	262
Outros										-
Total Ativos de direito de uso		<u>41.292</u>	<u>-</u>	<u>(38.492)</u>	<u>2.800</u>		<u>41.292</u>	<u>-</u>	<u>(34.088)</u>	<u>7.204</u>
Imobilizado em curso										
Geração		99.709			99.709		74.425			74.425
Administração		1.352			1.352		1.580			1.580
Total do imobilizado em curso		<u>101.061</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>101.061</u>		<u>76.005</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>76.005</u>
Total do imobilizado		<u>4.331.065</u>	<u>(656.359)</u>	<u>(2.222.773)</u>	<u>1.451.933</u>		<u>4.283.208</u>	<u>(833.576)</u>	<u>(2.038.181)</u>	<u>1.411.451</u>

14.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido 31/12/2024	Ingressos (Nota 14.2.1)	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Reclassificação	Impairment	Valor líquido 31/12/2025
Imobilizado em serviço							
Terrenos	7.703						7.703
Edificações, obras civis e benfeitorias	191.660			(8.332)			183.328
Máquinas e equipamentos	1.128.309	2.228		(151.530)		177.217	1.156.224
Veículos	(200)			200			-
Móveis e utensílios	770	130		(82)			818
Total do imobilizado em serviço	<u>1.328.242</u>	<u>2.358</u>	<u>-</u>	<u>(159.744)</u>	<u>-</u>	<u>177.217</u>	<u>1.348.073</u>
Ativos de direito de uso							
Edificações, obras civis e benfeitorias	359						359
Máquinas e equipamentos	6.584			(4.261)			2.323
Veículos	261			(143)			118
Total Ativos de direito de uso	<u>7.204</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.404)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.800</u>
Imobilizado em curso							
Edificações, obras civis e benfeitorias		87					87
Máquinas e equipamentos	57.618	25.790			4.978		88.386
Adiantamento a fornecedores	1.104						1.104
Outros	17.283	170			(5.970)		11.483
Total do imobilizado em curso	<u>76.005</u>	<u>26.047</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(992)</u>	<u>-</u>	<u>101.060</u>
Total do imobilizado	<u>1.411.451</u>	<u>28.405</u>	<u>-</u>	<u>(164.148)</u>	<u>(992)</u>	<u>177.217</u>	<u>1.451.933</u>

14.2.1 Ingressos

O montante de ingressos refere-se a ordens de serviços em andamento, principalmente: (i) materiais para revitalização estrutural do acesso a chaminé; (ii) materiais para Caldeira (III). Retrofit Bomba Pac e Lac

15 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Para os intangíveis cujo o valor residual ultrapassa o prazo final da autorização, as taxas de amortização são ajustadas para que todos os intangíveis sejam amortizados até a data de término da autorização.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.1 Composição do intangível

	Controladora							
	31/12/2025				31/12/2024			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	18	(18)	-	20,00	18	(18)	-
Direito de concessão - Licenças ambientais	33,33	35.031	(30.536)	4.495	33,33	30.536	(30.536)	-
		35.049	(30.554)	4.495		30.554	(30.554)	-
Sistema de transmissão de conexão								
Serviçào permanente	3,28	1.130	(475)	655	3,28	1.130	(438)	692
		1.130	(475)	655		1.130	(438)	692
Administração								
Software	20,00	9.111	(5.941)	3.170	20,00	9.111	(5.180)	3.931
Direito de concessão - Outros								
		9.111	(5.941)	3.170		9.111	(5.180)	3.931
Total do intangível em serviço		45.290	(36.970)	8.320		40.795	(36.172)	4.623
Intangível em curso								
Administração		15.682		15.682		8.122		8.122
Total do intangível em curso		15.682		15.682		8.122		8.122
Total do intangível		60.972	(36.970)	24.002		48.917	(36.172)	12.745

	Consolidado							
	31/12/2025				31/12/2024			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	18	(18)	-	20,00	18	(18)	-
Direito de concessão - Licenças ambientais	33,33	35.031	(30.536)	4.495	33,33	30.536	(30.536)	-
		35.049	(30.554)	4.495		30.554	(30.554)	-
Sistema de transmissão de conexão								
Serviçào permanente	3,28	1.130	(475)	655	3,28	1.130	(438)	692
		1.130	(475)	655		1.130	(438)	692
Administração								
Software	20,00	9.111	(5.941)	3.170	20,00	9.111	(5.180)	3.931
Direito de concessão - Outros								
		9.111	(5.941)	3.170		9.111	(5.180)	3.931
Total do intangível em serviço		45.290	(36.970)	8.320		40.795	(36.172)	4.623
Intangível em curso								
Administração		17.037		17.037		8.122		8.122
Total do intangível em curso		17.037		17.037		8.122		8.122
Total do intangível		62.327	(36.970)	25.357		48.917	(36.172)	12.745

15.2 Movimentação do intangível

	Nota	Controladora					
		Valor líquido	Ingressos	Transf. para	Amortiza-	Reclassificação	Valor líquido
		31/12/2024	(Nota 15.2.1)	imobilizado em serviço	ções		31/12/2025
Intangível em serviço							
Software		3.932			(762)		3.170
Serviçào permanente		691			(37)		654
Direito de concessão - Licenças ambientais	20.2		4.496				4.496
Total do intangível em serviço		4.623	4.496		(799)		8.320
Intangível em curso							
Outros intangíveis em curso		8.122	6.568			992	15.682
Total do Intangível em curso		8.122	6.568			992	15.682
Total do Intangível		12.745	11.064		(799)	992	24.002

	Nota	Consolidado					
		Valor líquido	Ingressos	Transf. para	Amortiza-	Reclassificação	Valor líquido
		31/12/2024	(Nota 15.2.1)	imobilizado em serviço	ções		31/12/2025
Intangível em serviço							
Software		3.932			(762)		3.170
Serviçào permanente		691			(37)		654
Direito de concessão-Licenças ambientais	20.2		4.496				4.496
Total do intangível em serviço		4.623	4.496		(799)		8.320
Intangível em curso							
Outros intangíveis em curso		8.122	7.923			992	17.037
Total do Intangível em curso		8.122	7.923			992	17.037
Total do Intangível		12.745	12.419		(799)	992	25.357

15.2.1 Ingressos

O total dos ingressos de R\$12.419 referem-se, substancialmente, a: (i) R\$ 4.496 refere-se a renovação da licença de Operação LO, b: (ii) R\$ 5.515 aos gastos com assessoria e estudos de transição energética.

16 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de energia elétrica		
Encargos de uso da rede elétrica	8.885	7.310
Materiais e serviços	78.374	44.380
Total	87.259	51.690

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

17 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Empresa; (iii) dividendos adicionais: e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores, quando aprovadora pela Diretoria.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

18.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2025					31/12/2024					
										Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total	
										Circulante	circulante	Circulante	circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Moeda nacional																				
Ações recebíveis cumulativa	300.000	22/12/2023	300.000	22/12/2023 a 15/08/2027	Ações preferenciais resgatáveis "B"		IPCA + 15% a.a.	Dividendos trimestrais a partir de agosto/2024 e resgate de ações semestral						-	27.660	26.852	54.243	147.677	256.432	
Cessão de Direitos Creditórios	1.200.000	13/12/2023	1.200.000,00	13/12/2023 a 10/09/2027	Refinanciamento		12,0568% a.a	Principal e Juros mensal à partir	Cessão de Direitos Creditórios de Pecém	132.623		315.426	188.328	636.377	107.551			345.617	487.469	940.637
Cessão de Direitos Creditórios	575.396	21/07/2025	575.395,57	21/07/2025 a 10/09/2027	Refinanciamento		20,4963%	10/01/24 Principal e Juros mensais a partir	Cessão de Direitos Creditórios de Pecém			236.303	151.083	387.386						
Mútuo com Acionista	50.000	21/10/2025	50.000,00	21/10/2025 a 13/01/2026	Capital de Giro		100% do CDI	30/07/25 Principal e Juros no vencimento		1.899		50.000		51.899						
(-) Custo de transação	(14.155)	13/12/2023	0,00	13/12/2023 a 10/09/2027				Principal e Juros mensal à partir 10/01/24				(3.267)	(694)	(3.961)				(6.232)	(3.961)	(10.193)
Total										134.522	-	598.462	338.717	1.071.701	135.211	26.852	393.628	631.185	1.186.876	1.186.876

Os empréstimos e financiamentos de moeda nacional são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis da classe "B" emitidas pela Empresa no montante original de R\$300.000 em dezembro/23, onde, de acordo com o artigo 7º do Estatuto Social da Empresa, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento do principal semestrais e dividendos trimestrais a partir de 15 de agosto de 2024 (juros), de IPCA + 15% a.a. sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Em 21 de novembro de 2025 foi aprovado em reunião de AGE a conversão do saldo a pagar das PNBs em Reserva de capital no valor total de R\$ 227.884.

18.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Valor líquido em		Pagamentos	Juros provisionados	Ajuste a valor presente	Transferências	Amortização do custo de transação	Conversão PNB em Reserva	Valor líquido em
	31/12/2024	Ingressos							
Circulante									
Principal	399.860	276.490	(491.764)		(31.932)	581.872		(182.797)	551.729
Juros	135.212		(89.408)	95.196	2.045	34.666		(45.087)	132.624
Custo de Transação	(6.232)					(3.267)	6.232		(3.267)
Mútuo		128.197	(79.533)	3.234					51.898
	<u>528.840</u>	<u>404.687</u>	<u>(660.705)</u>	<u>98.430</u>	<u>(29.887)</u>	<u>613.271</u>	<u>6.232</u>	<u>(227.884)</u>	<u>732.984</u>
Não circulante									
Principal	635.145	298.906			(12.768)	(581.872)			339.411
Juros	26.852			2.715	5.099	(34.666)			-
Custo de Transação	(3.961)					3.267			(694)
	<u>658.036</u>	<u>298.907</u>		<u>2.715</u>	<u>(7.669)</u>	<u>(613.271)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>338.717</u>

18.2.1 Pagamentos

Os montante de pagamento refere-se: (i) pagamento de principal e juros do contrato das Cessão de direitos creditório e (ii) pagamento de Principal e juros de valores relativo ações PNBs programados para 2025, antes da conversão do saldo para reserva de capital.

18.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2026	<u>732.985</u>
	<u>732.985</u>
Não circulante	
2027	<u>338.716</u>
Total	<u>338.716</u>

19 Encargos Setoriais

	Nota	31/12/2024	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2025
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	19.1	1.605	10.181	(714)	(8.816)	2.256
Outros encargos		248	517		(537)	228
Total Circulante		<u>1.853</u>	<u>10.698</u>	<u>(714)</u>	<u>(9.353)</u>	<u>2.484</u>
Circulante		1.853				2.484
Não circulante		-				-
Total		<u>1.853</u>				<u>2.484</u>

19.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Empresa e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Empresa têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

20 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1			963	6.245
Licenças ambientais	20.2	4.611	7.673	4.495	
Desmantelamento	20.3			14.388	13.335
Total		<u>4.611</u>	<u>7.673</u>	<u>19.846</u>	<u>19.580</u>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

20.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Empresa.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Saldo em					Depósitos judiciais		
	31/12/2024	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31 de dezembro de		
						2025	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	1.138	115	(480)	(515)	(258)	1.123	887	
Cíveis	2.921			(1.875)	(543)	1.649	1.223	
Outros	2.187			(1.728)		459		
Total Não circulante	<u>6.246</u>	<u>115</u>	<u>(480)</u>	<u>(4.118)</u>	<u>(801)</u>	<u>962</u>	<u>2.110</u>	
Circulante								
Não Circulante	6.246					962	2.110	
Total	<u>6.246</u>					<u>962</u>	<u>2.110</u>	

20.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	Depósitos judiciais			
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas			475		
Cíveis	20.1.2.1	6.608	2.319	315	315
Total		<u>6.608</u>	<u>2.794</u>	<u>315</u>	<u>315</u>

20.1.2.1 Cíveis

20.1.2.1.1 Encargo Hídrico Emergencial - EHE

• Em decorrência da situação de escassez hídrica no Estado do Ceará, o Governo do Estado por meio do Decreto nº 32.044 de 16 de setembro de 2016, estabeleceu a cobrança do Encargo Hídrico Emergencial – EHE a ser incidido sobre as indústrias termoelétricas do Estado, cobrado mensalmente com base no consumo verificado no valor de R\$7.210,00 a cada 1.000 metros cúbicos.

Em 13 de outubro de 2016 a Empresa apresentou à ANEEL requerimento administrativo com o fim de obter, cautelarmente, a aplicação de novo valor de Custo Variável Unitário – CVU da energia gerada pela UTE Pecém I, face à cobrança do novo encargo, visto que afetaria a equação econômico-financeira dos CCEARs. A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.293 de 16 de dezembro de 2016, negou provimento ao requerimento.

Encontra-se em andamento a ação judicial promovida em face da ANEEL em 19 de dezembro de 2016, com vistas a ter garantido o equilíbrio econômico financeiro dos CCEARs, mediante repasse do EHE ao CVU. Em 31 de dezembro de 2025 a ação possui o valor estimado total de R\$286.553.

No decorrer de 2020, houve a revisão das premissas envolvendo o cálculo da contingência que, anteriormente, levavam em consideração a estimativa do valor a ser pago de EHE, segundo a média histórica, passando a ser considerado o risco efetivo da ação considerando o repasse da CVU.

Apesar da Energia Pecém ser parte do processo, o mesmo não está sendo considerado no relatório dos processos uma vez que a responsabilidade pela defesa e impacto financeiro, se houver, é da EDP Energias do Brasil S.A. ex-acionista, que reporta mensalmente para Energia Pecém o andamento da lide.

20.1.2.2 Fiscais

Com relação a discussão judicial decorrente de Execução Fiscal nº 000.153777.2015.405.8100, no montante atualizado em 31 de dezembro de 2025 de R\$118.486, ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. A Empresa apresentou defesa e aguarda julgamento nos Tribunais Superiores. Apesar da Energia Pecém figurar como parte no processo, o mesmo não está sendo considerado no relatório dos processos uma vez que a responsabilidade pela defesa e por eventuais impactos financeiros é da EDP Energias do Brasil S.A., na qualidade de ex-acionista, a qual reporta regularmente para Energia Pecém o andamento do referido processo.

20.2 Licenças ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação e de ampliação da UTE Pecém I, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Estudo de Impacto Ambiental e/ou Plano de Controle e Monitoramento Ambiental-PCMA ou são adicionais a estes, onde os principais itens são a recuperação de áreas degradadas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária, bem como a implementação de controles ambientais que eliminem/minimizem os impactos da operação da usina, mantendo os gerenciamentos e monitoramentos. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa.

A Empresa realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 10,27% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento.

Em 24 de setembro de 2025, houve a renovação da Licença de Operação - LO referente à UTE Pecém I, junto à Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, mediante ao estabelecido pelo Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o IBAMA e a SEMACE, no qual o órgão federal delegou ao estadual a execução do licenciamento da UTE.

A LO Nº 215/2025 – DICOP será válida até 23 de outubro de 2029 e, como condicionantes, a Empresa deverá dar continuidade ao disposto no PCMA aprovado pelo órgão ambiental licenciador. Ademais, o órgão determinou outras condicionantes com prazo.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, como máquinas e equipamentos, e depreciadas pela vida útil dessas máquinas. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo que representa a vigência da licença.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Empresa segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Empresa investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Empresa.

Licenças ambientais	31/12/2024	Adição	Pagamentos	Reversão	Ajuste a valor presente	31/12/2025
Circulante	7.673		(4.520)	636	823	4.612
Não circulante		4.495				4.495
Total	7.673	4.495	(4.520)	636	823	9.107

20.3 Desmantelamento

O Desmantelamento foi constituído para fazer face à responsabilidade relativa às despesas com a reposição dos locais ocupados pela usina em seu estado original. Esta provisão foi calculada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e é registrada em contrapartida do Imobilizado (Nota 14). Anualmente, a provisão está sujeita a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras.

O cálculo do valor da provisão foi efetuado a partir dos custos obtidos com entidades externas idôneas, projetado até o fim da autorização de funcionamento da usina, com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,0% a.a. que representava a taxa de financiamento no momento do reconhecimento.

21 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2025, a empresa apresenta Passivo Circulante de R\$ 1.135.512 superior ao Ativo Circulante de R\$ 611.027 resultando em um Capital Circulante Líquido negativo de R\$ 524.485. Essa situação é justificada e gerenciada conforme segue:

- **Refinanciamento de dívida:** Parte das obrigações no passivo circulante refere-se a empréstimos bancários de curto prazo.
- **Dividendos a pagar:** Em 19 de dezembro foi aprovado o valor de R\$ 261.697, relativo a dividendos intercaes com base nos resultados de novembro.
- **Gerenciamento de Fluxo de Caixa:** A Administração monitora diariamente o fluxo de caixa, garantindo que o fluxo operacional, embora menor que o passivo total, é suficiente para honrar as parcelas vencíveis no curto prazo.
- **Capacidade de Continuidade:** Com base nas projeções financeiras, a Administração entende que a geração de caixa futuro (EBITDA) e as fontes de financiamento disponíveis são suficientes para manter a continuidade operacional da empresa.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

Através da reunião de AGE de 21 de novembro de 2025, foi integralizado ao capital social da empresa o saldo de reserva de capital social no valor de R\$ 227.884, cujo saldo do capital em 2024 era de R\$ 508.505, com a integralização de capital totalizou R\$ 736.389.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;

(iii) o saldo do lucro líquido, após realizadas as deduções e pagamentos acima, irá para a formação de reserva de lucros para pagamento de valores devidos a título do Resgate Programado; e

(iv) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pelo Conselho de Administração;

	Nota	31/12/2025
Lucro a ser destinado		
Lucro apurado no exercício		440.952
Constituição da reserva legal	22.2	(22.048)
		<u>418.904</u>
Destinação do lucro		
Dividendos obrigatório		18.963
Reserva de incentivo fiscal (SUDENE)		39.637
Lucro do exercício a deliberar		360.304
		<u>418.904</u>

22.3 Reservas

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Reservas de lucros			
Legal	22.2	50.481	28.434
Retenção de lucros	22.3.1	98.606	237.788
Incentivos fiscais		262.611	222.973
		<u>411.698</u>	<u>489.195</u>

22.3.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da empresa, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados em Diretoria.

23 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Empresa, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Empresa, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Empresa reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Empresa poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

	Nota	MWh		R\$	
		2025	2024	2025	2024
Suprimento - Faturado					
Receita fixa		5.387.400	5.387.400	1.133.774	1.084.161
Receita variável	23.1.1			341.912	336.163
Suprimento de energia				16.192	
Energia de curto prazo				11.375	5.788
Outras receitas operacionais				1.782	1.717
Receita operacional bruta		<u>5.387.400</u>	<u>5.387.400</u>	<u>1.505.035</u>	<u>1.427.829</u>
(-) Deduções à receita operacional					
Tributos sobre a receita					
ICMS				(14.316)	(10.739)
PIS/COFINS				(137.842)	(131.299)
ISS				(89)	(86)
				<u>(152.247)</u>	<u>(142.124)</u>
Encargos do consumidor					
P&D				(13.231)	(12.635)
Outros encargos				(3.074)	(2.971)
Receitas		<u>5.387.400</u>	<u>5.387.400</u>	<u>1.336.483</u>	<u>1.270.099</u>

23.1 Suprimento de energia elétrica

23.1.1 Receita variável

A variação de suprimento faturado deve-se, principalmente, ao fato da Empresa ter sido despachada pela ONS no segundo semestre de 2025.

24 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Empresa classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Empresa.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação, da produção e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, custo da matéria prima consumida, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Empresa representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisão para crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2025						
		Custo do serviço			Despesas operacionais			
		Com energia elétrica	Da produção	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda		25.284					25.284	
Encargos de uso da rede elétrica		80.398					80.398	
Custo da matéria prima consumida	24.1		392.931				392.931	
Outras		674					674	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	24.2			35.216		22.452	57.668	
Material				15.665		1.377	17.042	
Serviços de terceiros	24.4			34.246		26.294	60.540	
Depreciação - Imobilizado em serviço				174.471			174.471	
Provisão redução ao valor recuperável						(191.943)	(191.943)	
Depreciação - Ativos de direito de uso				4.404			4.404	
Amortização				799			799	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						(3.871)	(3.871)	
Arrendamentos e aluguéis	11.5			1.260		(4.570)	(3.310)	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						455	455	
Outras				(15.199)		18.135	2.936	
Total		<u>106.356</u>	<u>392.931</u>	<u>250.862</u>	<u>-</u>	<u>63.688</u>	<u>(195.359)</u>	<u>618.478</u>

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2024						Total
	Nota	Custo do serviço			Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	Da produção	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	
Energia elétrica comprada para revenda		6.846					6.846
Encargos de uso da rede elétrica		77.083					77.083
Custo da matéria prima consumida	24.1		347.293				347.293
Outras		495					495
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	24.2			50.915	6.908		57.823
Material				17.902	(459)		17.443
Serviços de terceiros				52.758	5.724		58.482
Depreciação - Imobilizado em serviço				144.543	2.087		146.630
Depreciação - Ativos de direito de uso				2.704			2.704
Amortização				4.554			4.554
PECLD / perdas líquidas							-
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						1.134	1.134
Arrendamentos e aluguéis	11.5			(2.198)	98		(2.100)
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						(1.861)	(1.861)
Outras				(13.263)	17.125		3.862
		-	-	257.915	-	31.483	288.671
Total		84.424	347.293	257.915	-	31.483	720.388

24.1 Custo da matéria prima consumida

O aumento na rubrica refere-se, basicamente ao aumento de demanda de despacho da UTE a partir de agosto de 2025.

24.2 Pessoal e Administradores

	2025	2024
Pessoal		
Remuneração	24.145	21.124
Encargos	7.343	7.774
Previdência privada - Corrente	345	134
Programa de demissão voluntária	-	1.492
Despesas rescisórias	341	3.002
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	5.981	2.501
Outros benefícios - Corrente	14.162	13.602
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(920)	(861)
Outros	256	201
	51.653	48.969
Administradores		
Honorários e encargos	5.820	8.980
Benefícios dos administradores	195	(108)
	6.015	8.872
	57.668	57.841

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25 Resultado Financeiro

	Nota	Controladora	
		2025	2024
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	20.333	20.427
Juros e multa sobre tributos	6	1.003	8.913
Cessão de Crédito-AVP	24.1	146.949	207
Variações em moeda estrangeira		1.024	2.434
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(2.837)	(1.497)
Outras receitas financeiras		729	516
		<u>167.201</u>	<u>31.000</u>
Despesas financeiras			
Empréstimos e financiamentos	18.2	(107.376)	(135.306)
Variações em moeda estrangeira	18.2	(7.091)	(2.619)
Contas a pagar e Cessão de crédito-AVP	24.1	(269.583)	(55.915)
Juros e multa sobre tributos	6	(22)	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1	(933)	(480)
Arrendamentos e alugueis	11.5	(1.635)	(1.591)
Outros juros e var. monetárias			(51)
Outras despesas financeiras		(805)	(614)
		<u>(387.445)</u>	<u>(196.576)</u>
		<u>(220.244)</u>	<u>(165.576)</u>
Consolidado			
	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	20.383	20.427
Juros e multa sobre tributos	6	1.003	8.913
Cessão de Crédito-AVP		146.949	207
Variações em moeda estrangeira		1.024	2.434
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(2.837)	(1.497)
Outras receitas financeiras		729	516
		<u>167.251</u>	<u>31.000</u>
Despesas financeiras			
Empréstimos e financiamentos	18.2	(107.376)	(135.306)
Variações em moeda estrangeira	18.2	(7.091)	(2.619)
Contas a pagar e Cessão de crédito-AVP		(269.583)	(55.915)
Juros e multa sobre tributos	6	(22)	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1	(933)	(480)
Arrendamentos e alugueis	11.5	(1.635)	(1.591)
Outros juros e var. monetárias			(51)
Outras despesas financeiras		(805)	(614)
		<u>(387.445)</u>	<u>(196.576)</u>
		<u>(220.194)</u>	<u>(165.576)</u>

26 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2025	2024
Alíquota		497.615	382.955
IRPJ e CSLL		<u>34%</u>	<u>34%</u>
		<u>(169.189)</u>	<u>(130.205)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações		(34)	
Resultados de equivalência patrimonial		50	(404)
Juros sobre as ações preferenciais		(1.031)	(411)
Outras		593	
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	7.1.3	65.261	13.823
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		4.425	
Incentivos fiscais		2.509	1.056
PAT		1.115	589
SUDENE	26.1	39.637	22.866
Outras			1.572
Despesa de IRPJ e CSLL		<u>(56.664)</u>	<u>(91.114)</u>
Alíquota Efetiva		<u>11,4%</u>	<u>23,8%</u>

26.1 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

Em 4 de agosto de 2016 a Empresa obteve junto à SUDENE o Laudo Constitutivo nº 87/2016, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2016.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício, como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao CPC 07 (R1) – Subvenções e Assistências Governamentais, e registrados em contrapartida da Reserva de Incentivos Fiscais.

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****27 Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de riscos disponibilizados à Administração.

A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

27.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Empresa:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Aplicações financeiras		Nível 2	103.532	210.497	103.532	210.497
			<u>103.532</u>	<u>210.497</u>	<u>103.532</u>	<u>210.497</u>
Custo amortizado						
Bancos conta movimento		Nível 2	48.494	21.606	48.494	21.606
Concessionárias	5	Nível 2	215.240	169.354	215.240	169.354
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2	232	373	232	373
			<u>263.966</u>	<u>191.333</u>	<u>263.966</u>	<u>191.333</u>
			<u><u>367.498</u></u>	<u><u>401.830</u></u>	<u><u>367.498</u></u>	<u><u>401.830</u></u>

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Custo amortizado						
Fornecedores	16	Nível 2	87.260	51.690	87.260	51.690
Ressarcimento por indisponibilidade		Nível 2	662	691	662	691
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas						
Moeda nacional	18	Nível 2	935.750	1.147.477	1.071.701	1.186.876
Outras contas a pagar -Parte relacionada	11	Nível 2	51.899	266	51.899	266
Arrendamentos e aluguéis	11.5	Nível 2	6.081	11.420	4.668	9.152
Licenças ambientais	20.2	Nível 2	4.611	7.673	4.611	7.673
			<u>1.086.263</u>	<u>1.219.217</u>	<u>1.220.801</u>	<u>1.256.348</u>
			<u>1.086.263</u>	<u>1.219.217</u>	<u>1.220.801</u>	<u>1.256.348</u>

27.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Empresa avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Empresa, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

27.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Empresa também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Empresa desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Empresa.

27.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Empresa projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Empresa e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Empresa que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Empréstimos, dos Arrendamento de aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Empréstimos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais.

27.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Empresa. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Empresa:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.2.1 Risco operacional

A Empresa apresenta, como risco operacional, a eventual escassez de insumos, dentre eles, de carvão. A UTE Porto do Pecém utiliza o insumo de carvão mineral, sendo a origem usualmente de minas colombianas. Seus contratos de compra de carvão são firmados para o prazo mínimo de um ano, prevendo, além das minas habilitadas da Colômbia, origens de outros lugares do mundo de forma a mitigar possíveis riscos de produção, como greves, eventos climáticos e maiores contingências do minerador.

Além disso, a Empresa faz a gestão de estoques considerando limites mínimos e máximos de segurança de forma que, para quaisquer contingências ou mudanças da demanda futura, sejam absorvidas sem maiores riscos.

Outro risco que a Empresa pode ter é o de escassez de água, devido a ter seu abastecimento - fornecido pela Companhia Gestora de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (COGERH) - advindo de águas superficiais, a partir das bacias do sistema Jaguaribe-metropolitano, que depende principalmente das recargas pluviométricas. Tal abastecimento é realizado por meio de contrato firmado entre as partes, o qual estabelece o fornecimento de água para um volume inferior ou igual ao montante outorgado, (500l/s para Pecém I) que é suficiente para atender a demanda requerida pelos processos do complexo termelétrico.

Visando economia no consumo de água, a Porto do Pecém realizou algumas ações de melhoria no processo, que resultaram numa redução de mais de 10% do volume de água consumida pelo complexo e no reaproveitamento de quase 40% do efluente gerado.

27.2.2 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Empresa criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2025 a Empresa possui um risco de mercado associado a CDI.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.2.2.1 Análise de sensibilidade

A Empresa efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Empresa. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela empresa, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	exposição	Aging cenário provável					
			Até 1 ano	Provável	risco em 25%	risco em 50%	risco em 25%	risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	103.532	12.683	12.683	3.171	6.341	(3.171)	(6.341)
Instrumentos financeiros ativos		103.532	12.683	12.683	3.171	6.341	(3.171)	(6.341)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Empresa.

27.2.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Empresa em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre empréstimos captados pela Empresa são apresentado nas nota 18.

A Administração da Empresa somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Empresa são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa (Nota 4) sendo que a Empresa apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata; (ii) Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5) que referem-se a aplicação em fundo de investimentos de liquidez diária e remuneração pós-fixada, com sua carteira de ativos atrelada ao CDI com vencimento de curto prazo; e (iii) Concessionárias (Nota 6), cujos os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Passivos financeiros	31/12/2025					31/12/2024	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	AVP	Total	Total
Fornecedores	87.259					87.259	51.690
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	47					47	277
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	107.432	111.120	547.146	374.450	(68.447)	1.071.701	1.186.876
Ressarcimento por indisponibilidade			662			662	691
Arrendamentos e aluguéis	441	868	3.321	51	(197)	4.484	9.152
Licenças ambientais	180	360	1.620	6.124	823	9.107	7.673
	<u>195.359</u>	<u>112.348</u>	<u>552.749</u>	<u>380.625</u>	<u>(67.821)</u>	<u>1.173.260</u>	<u>1.256.359</u>

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.2.4 Risco regulatório

As atividades da Empresa são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARCE) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, CONAMA, ONS etc.). A Empresa tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Empresa atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

28 Cobertura de Seguros

A Empresa mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria da Empresa. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações				
Usinas	5.385.748	1.320.576	4.451.224	1.750.000
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)		1.790		1.790
Responsabilidade civil		75.584		100.000
Transportes (materiais)	18.005	13.005	19.385	14.385
Transportes (veículos)		1.200		1.200
Seguro de vida	50.014	(*)	41.866	(*)
Lucros cessantes			41.851	20.926

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$1.320 até o cargo de diretor. Para o cargo de presidente o limite máximo é de R\$ 2.100.

A Empresa possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

29 Eventos subsequentes

A Porto do Pecém Geração de Energia LTDA participou do Leilão 02/2026 - Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência, de 2026 – UTEs a Gás Natural, Carvão Mineral e UHEs (LRCAP 2026) realizado em 18 de março de 2026 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o Ministério de Minas e Energia (MME). A Empresa, com capacidade instalada de 720 MW, foi recontratada com uma receita fixa anual de R\$ 1.008.000 e prazo contratual por mais 10 anos com início de suprimento em 01 de Agosto de 2027.

O Leilão de Reserva de Capacidade foi realizado para contratar potência firme para o sistema elétrico brasileiro, contribuindo para a confiabilidade e a segurança do Sistema Interligado Nacional (SIN).

* * *

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Pedro Akos Litsek
Diretor-Presidente

Luiz Ricardo de Oliveira Beatrice
Diretor

José Gleylson Fernandes Silva
Diretor Administrativo e Financeiro

Jefferson Silva de Olivera
Diretor

James Petini Cambuhy
Diretor de Operação

CONTABILIDADE

Francisca Mônica dos Santos Gomes

Contadora - CRC-CE 10.182/O-0